

QUEM TEM O DIREITO DE FALAR SOBRE A VIDA DOS NEGROS?

WHO HAS THE RIGHT TO SPEAK ABOUT THE LIVES OF BLACK PEOPLE?

¿QUIÉN TIENE DERECHO A HABLAR DE LAS VIDAS NEGRAS?

 10.5935/2177-6644.20220008

Juscelino Barros da Silva Filho*

 <https://orcid.org/0000-0002-8193-829X>

Resumo: A presente pesquisa parte da seguinte questão: Existem implicações éticas na escolha e no uso de determinadas fontes para a produção das narrativas históricas? Tomamos como objeto central para nossa reflexão sobre o uso de fontes na construção de narrativas históricas sobre o passado dos negros o livro *Meus Verdes Anos* (1956) de José Lins do Rêgo.

Palavras-chave: Fontes Históricas. Decolonialidade. José Lins do Rêgo. Colonialidade do Saber. Lugar de Fala.

Abstract: The present research starts from the following question: Are there ethical implications in the choice and use of certain sources for the production of historical narratives? We take as a central object for our reflection on the use of sources in the construction of historical narratives about the past of black people the book "Meus Verdes Anos" (1956) by José Lins do Rêgo.

Key-words: Historical Sources. Decoloniality. José Lins do Rêgo. Coloniality of Knowledge. Place of Speech.

Resumen: Esta investigación parte de la siguiente pregunta: ¿Existen implicaciones en la elección y uso de fuentes específicas para la producción de narrativas históricas? Tomamos como objeto central de nuestra reflexión sobre el uso de las fuentes en la construcción de narrativas históricas sobre el pasado de los negros, el libro *Meus Verdes Anos* (1956) de José Lins do Rêgo.

Palabras-clave: Fuentes históricas. Decolonialidad. José Lins do Rego. Colonialidad del saber. Lugar del Habla.

* Doutorando em História pela Universidade do Estado De Santa Catarina (UDESC). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). 
<http://lattes.cnpq.br/3613888768524346> - E-mail: celino.adventista@gmail.com.

Introdução

O presente artigo visa apresentar uma reflexão sobre as implicações éticas de determinadas questões relativas ao ofício do historiador, tendo como objeto referencial a autobiografia *Meus Verdes Anos* (1956) de José Lins do Rêgo. Nossa discussão partiu de alguns pressupostos teóricos aplicados, a saber: o da existência da colonialidade do saber, do genocídio epistêmico e o lugar de fala. Almejamos articular algumas noções oriundas de autores ligados ao movimento decolonial e pós-colonial no intuito de refletir sobre as implicações do uso da obra em questão no contexto da crítica ao modo colonial de estruturação do saber na historiografia.

Nossa pretensão primordial não se tratou de qualificar a pessoa de José Lins do Rego, ou de julgar a utilidade de suas memórias. Foi antes de tudo, a de situar o uso da obra do literato no contexto de uma estrutura maior que nos servirá de chave interpretativa, tal estrutura diz respeito as regras de produção do saber no ocidente, aos pressupostos epistemológicos que regem as práticas de escrita dos historiadores, questões que muitas vezes são despercebidas na Clio. Escolhemos delimitar o escopo da nossa reflexão ao uso da obra em questão, embora as implicações disso possam ser evidentemente mais abrangentes.

José Lins do Rêgo foi um homem branco, nascido em 1901, na Paraíba, neto de um grande latifundiário do Nordeste e membro de uma oligarquia tradicional da região. Estudou a educação básica, na maioria das ocasiões, em instituições educacionais confessionais, católicas e protestantes. Coursou direito na faculdade de Recife, concluindo o bacharel ainda nos anos 1920. Durante seus dias de universitário, se envolveu em panfletagens, escreveu para jornais, e, de certo modo, atuou como crítico literário escrevendo, também, vários artigos. Posteriormente, nos anos 1930, iniciou sua carreira como romancista a partir da publicação de *Menino de Engenho* (1932) quando já estava a residir em Maceió. Alguns anos depois, mudou-se para o Rio de Janeiro, prosseguindo incansavelmente na escrita dos seus romances e, até mesmo, de algumas crônicas esportivas. Lá recebeu diversos prêmios relativos a produção literária. Acabou se tornando membro da Academia de Letras e pouco tempo depois disso veio a óbito, em 1957.

Grosso modo, a produção literária de José Lins do Rêgo versou sobre o outro. O negro, a mulher, o usineiro, dentre outros diversos personagens. Seus escritos são marcados pela alteridade retórica. O autor não só fala muito sobre o outro, mas, inclusive, chegou a falar no lugar do outro em suas memórias. Em um dos romances de sua mais famosa série intitulada *Ciclo da cana de Açúcar*, publicado nos anos 1930, estabeleceu como protagonista um escravizado que tentava viver uma vida longe do Engenho. Mas esse não é um romance escrito em terceira pessoa, toda a

narrativa deste volume é construída em torno do ponto de vista de um filho de escrava, há todo um esforço no sentido de aprofundar psicologicamente o personagem, de tocar na psique do negro, de expressar literariamente a maneira de pensar de um escravo frente a determinadas realidades. O romance que materializou esse esforço do autor foi intitulado *O moleque Ricardo* (1935).

Por uma crítica decolonial

Os dois termos chaves para compreensão da decolonialidade são *colonialismo* e *colonialidade*. A distinção entre os dois é fundamental para nossa reflexão. O *colonialismo* grosso modo, tem a ver com processos históricos constituídos a partir de um conjunto de práticas e com determinadas durações, se manifestando em determinados tempos e lugares sob diferentes facetas. Tivemos, por exemplo, a colonização do Brasil a partir da empreitada colonial portuguesa, ou a colonização do Haiti pelos franceses, ambas as experiências históricas remetem ao que podemos entender como colonialismo.

A premissa da nossa reflexão parte da ideia de que existem formas, arranjos, crenças, regras sociais, epistemologias, que conseqüentemente geram práticas que foram criadas a partir da visão de mundo colonial, e que transcenderam o fim do colonialismo enquanto experiência histórica, ou seja, o fim do *colonialismo* enquanto regime econômico ou forma de organização política e social não representou o fim dele como conteúdo. Tais continuidades podem ser percebidas em várias dimensões da sociedade, uma destas é o racismo. As práticas coloniais não tiveram um fim em conjunto com os processos históricos que tiveram origem, pelo contrário, permaneceram cristalizadas na linguagem, nas regras de produção do saber e de ser, na moralidade, na ética e na religião. O resultado do *colonialismo*, isto é, as estruturas sociais e de pensamento dele derivadas, acabaram o transcendendo, e podem ser referidas a partir da terminologia *colonialidade*.

Em primeiro lugar, temos a discussão proposta por Aimé Césaire (1950), em sua obra *Discursos sobre o colonialismo*. Ao discorrer sobre o tema, ele apresenta formas de expressão da ideologia erigida pelo colonialismo europeu marcadas pela universalidade do saber. Destacando a relação entre o saber e o poder, o autor nos mostra como a sobreposição do “Eu” em relação ao “Outro” aparece em narrativas pretensamente naturais centradas em experiências de grupos específicos (europeus), e como a pretensão universal do conhecimento europeu produzido teve como fundamento o racismo, sendo possível, portanto, pensarmos a dimensão epistemológica do colonialismo.

Neste sentido, a categoria violência, central na reflexão de Frantz Fanon - proposta em seu

livro *Os Condenados da Terra* (1961), também, nos parece pertinente, nos ajudando a entender a natureza e os desdobramentos da relação entre o colono e colonizado. Para o autor, longe da violência se restringir a dimensão física, ela também tem suas implicações na psiquê, na sensibilidade e nas crenças do indivíduo, nos permitindo pensar o fato colonial como uma violência simbólica e, sobretudo, a imposição de uma visão de mundo geocentrada. O genocídio operacionalizado pelo colonialismo europeu não apenas deixou marcas nas carnes, mas na própria estruturação do saber dos povos subjugados. Segundo Santos Boa Ventura:

[...] o genocídio que pontuou tantas vezes a expansão européia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais) (SANTOS, 1995, p. 328).

Este fenômeno que resultou do colonialismo, tem seus reflexos em nosso tempo, e pode ou não ser ratificado pelos historiadores. A legitimação do epistemicídio ocorre quando corroboramos com a subordinação e marginalização dos saberes produzidos pelos grupos subalternos na produção das narrativas históricas. Tais questões incidem diretamente sobre a existência destes sujeitos, pois a produção acadêmica pode representar ou não uma mudança em relação aos efeitos do colonialismo. Propomos neste artigo um caminho de resistência a colonialidade do saber. Uma crítica que se conecta a nossa discussão foi proposta por Djamila Ribeiro em seu livro *O que é lugar de fala?* (2017). A autora nos alerta para a relação entre poder e identidade:

O que se quer com esse debate, fundamentalmente, é entender como poder e identidades funcionam juntos a depender de seus contextos, e como o colonialismo, além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades. Logo, não é uma política reducionista, mas atenta-se para o fato de que as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros (RIBEIRO, 2017, p. 31).

As identidades dos sujeitos, por conseguinte estão conectadas aos espaços que ocupam. A historiografia é um conceito bastante problemático visto que existem muitas discussões sobre o seu significado e abrangência. Em primeiro lugar temos um sentido mais fechado, sendo a historiografia apenas aquilo que é produzido pelo historiador pós contexto de elaboração disciplinar no século XIX. Em segundo lugar temos a historiografia como um método, uma forma de narrar, uma visão que define a historiografia a partir de uma visão abstrata e arbitrária, que escapa da dimensão

cronológica, mas inclui no rol de historiadores até mesmo Heródoto. Em último lugar temos a visão da historiografia como a cultura histórica, neste sentido, qualquer forma de apropriação do passado seria incluída no que consideramos como historiografia, tornando difícil a distinção entre história, historiografia e memória.

Além disso, uma consideração a ser feita, é se os povos que não possuíam escrita careceriam de historiografia. Seria possível haver uma historiografia não escrita? Seja como for, a herança ocidental que constitui as bases do nosso campo disciplinar associou o produto do historiador a escrita, o próprio significado etimológico da expressão remete a escrita. Toda narrativa produz espaços e os ocupa com sujeitos. Neste sentido, não escapa ao processo de legitimação ou deslegitimação dos sujeitos. O que propomos aqui é pensarmos nas implicações culturais e éticas de permanecermos indiferentes aos limites no uso de determinadas fontes na produção de determinados saberes. Pois sabemos que todo saber tem implicações na sociedade e pode ou não contribuir com a conservação da estrutura social que o circunda.

Apresentando o autor

O livro *Meus Verdes Anos* (1956) foi a última publicação oficial de José Lins do Rêgo antes do seu falecimento em 1957. A obra foi publicada pela editora José Olympio, localizada na rua do ouvidor, Nº 110, Rio de Janeiro. Na dedicatória do livro consta a seguinte declaração “Ao meu neto José, para que este livro lhe seja, no futuro, uma lição de vida” (REGO, 1956, p.1). A natureza educativa, instrutiva e moral, é destacada de antemão na apresentação do livro. Este trabalho se difere das demais obras do autor que tratam do tema da infância de um menino de engenho, na medida em que, se propõe a ser não apenas mais um episódio de uma narrativa ficcional do grande enredo da decadência da civilização do açúcar tal como sua série de romances publicada nos anos 1930 e 1940¹, mas como autobiografia.

Nas primeiras páginas ele explica o título da obra, “Chamei de verdes anos os tempos da minha primeira infância. E em livros de memórias procurei reter tudo o que ainda me resta” (REGO, 1956, p. 5). A consciência da natureza efêmera da memória é por ele apontada, contudo, a partir de uma expressão que denota seu esforço ativo de proteção, ele expõe a intenção primordial do livro a partir deste verbo, reter, eternizar o que lhe restou, sendo, portanto, a obra um suporte que transpõe o fim de sua vida limitada e de sua consciência vulnerável e passível de esquecimento.

Outras crenças importantes a nossa discussão estão expressas nas primeiras páginas do livro:

¹ Ciclo da cana de açúcar, a mais famosa série de romances do autor, constituída pelas seguintes obras: *Menino de engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Bangue* (1934), *Moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936), *Fogo Morto* (1943).

“Pus nesta narração o menos possível de palavras para que tudo corresse sem os disfarces retóricos” (REGO, 1956, p. 6). Ou seja, existe o intento de construção de um pacto de verdade entre o escritor e o leitor logo no início do livro. Afirmações neste sentido são muito recorrentes. “E assim não recorri às imagens poéticas para cobrir uma realidade, às vezes brutal” (REGO, 1956, p. 6). A projeção da sinceridade e do seu esforço por ser fidedigno em suas descrições demonstra seu interesse em romper com o véu que separou o histórico do imaginativo em seus escritos anteriores. Muitas constatações se tornaram possíveis a partir deste livro, na medida em que se tornou possível comparar os personagens e espaços dos seus romances anteriores com sua autobiografia, permitindo aos seus intérpretes não apenas conjecturar sobre o caráter evidentemente memorialista dos seus romances, mas ter a certeza da existência de uma relação imbrincada dos dois elementos.

Meus Verdes Anos trouxeram implicações na hermenêutica dos romances do Ciclo da cana de Açúcar, mas essa não é nossa questão principal. A autobiografia de José Lins do Rêgo possui pretensões de verdade histórica. E ela não se restringe a descrever a classe senhorial, mas sobretudo os negros e a senzala, tal pretensão epistêmica é colocada em termos metafóricos da seguinte forma: “Mas me ficou a realidade do acontecido como o grão na terra” (REGO, 1956, p. 6). Além disso, o autor expressa inveja dos filhos das escravas: “O neto de um homem rico tinha inveja dos moleques de bagaceira” (REGO, 1956, p. 5). Levando em consideração a posição que o autor ocupava, é evidente o caráter elitista dos seus escritos, e sua associação com os interesses de grupos ligados a aristocracia rural nortista da Paraíba e Pernambuco nos anos 1930.

Não nos interessa pensar em como a literatura de José Lins do Rêgo tem sido trabalhada pelos historiadores. Nosso interesse primordial não se trata de efetivar uma crítica da fonte, mas de propor uma reflexão a partir de alguns elementos básicos, no intento de abrir um debate sobre as implicações éticas do ato de tomar a autobiografia de José Lins como uma fonte sobre a vida dos negros levando em consideração alguns apontamentos ligados a crítica decolonial. A tradição historiográfica moderna em seu primeiro século jamais questionou a figura do historiador, apenas o método. Todo o esforço, da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX, em torno do amadurecimento do ofício do historiador, se deteve nas questões teórico-metodológicas.

É preciso encarar um fato incômodo. Não há separação efetiva entre o método histórico-crítico e quem o operacionaliza. Neste sentido, é preciso considerar que o mito da neutralidade do historiador contribuiu decisivamente para o afastamento de um olhar crítico em relação ao conjunto de pressupostos que orientam a concepção do uso de fontes existentes no interior das discussões

sobre a pesquisa histórica. Tal noção oriunda da tendência cientificista do século XIX contribuiu decisivamente com a aproximação das Ciências Humanas em relação as Ciências Naturais, ganhando força a partir da própria demanda da comunidade historiográfica emergente na França e Alemanha que buscava garantir sua legitimidade social através da delimitação de um método que garantisse tanto quanto as ciências naturais a relevância e veracidade do conhecimento produzido.

A questão não se trata meramente de pensar se o subalterno pode falar, mas de pensar quem pode falar. Não se trata de agir em prol da abertura de espaços para novas vozes, mas de retirar de determinados espaços sujeitos que não deveriam ocupá-los. A pesquisa histórica produz locais de enunciação, a narrativa construída pelos historiadores produz protagonismos, portanto, pensar como utilizar e que tipo de fontes utilizar para produção de determinados saberes. Se a intenção é ser decolonial na historiografia, é preciso para além da valorização dos saberes, da valorização de outras epistemologias, da luta contra a hierarquia dos saberes e da construção moderna do conhecimento, atuar em prol da mudança das regras de produção do saber historiográfico especialmente no que tange ao tema do direito de falar. Enquanto o colonizador puder assumir o lugar do colonizado em nossas dissertações, artigos e teses, permaneceremos ratificando a *colonialidade do saber*.

Portanto, é preciso ir além da crítica da fonte, crítica externa e interna, é necessário criticar o porquê usamos determinadas fontes para determinados temas. É preciso interrogar sobre o porquê da escolha das fontes para falarmos sobre determinados assuntos, e sobretudo pensarmos a legitimidade do uso de determinadas fontes para estruturar as narrativas históricas que estamos construindo. Isso não significa dizer que um trabalho decolonial precisa necessariamente ignorar a existência de fontes produzidas por homens brancos europeus, e se restringir ao uso de fontes produzidas por sujeitos ligados a grupos marginalizados e subalternos, embora seja legítima uma escolha como essa, mas essa não é a intenção desta discussão.

O que estamos propondo é considerar dentro do escopo delimitado em nosso artigo, a não priorização do uso das memórias de José Lins do Rêgo sobre os negros como fonte para produção de uma narrativa sobre o passado deles. Delimitar como fora do campo primordial o uso de tais escritos como fonte para pensar o passado dos negros, pode nos parecer uma questão irrelevante e trivial partindo da premissa de que a historiografia deveria ser regida pela busca das várias perspectivas, neste sentido, rejeitar o ponto de vista do homem branco na construção de uma narrativa sobre o passado dos negros seria um erro. Dado o fato de que o conhecimento humano é parcial, nesta perspectiva a melhor maneira de nos aproximarmos de um conhecimento mais

abrangente seria através da síntese resultante dos saberes produzidos tanto pelo homem branco quanto pelo negro.

Contudo, tal noção contribui com a continuidade de um caminho aberto para a ocupação retórica do lugar do colonizado na produção do saber histórico. O lugar do discurso do colonizador na construção das narrativas sobre os subalternos precisa ser questionado. A nosso ver, tal situação de indiferença em relação ao uso de fontes sobre o passado dos negros representa uma forma de corroboração com o colonialismo. Não discutir ou refletir sobre nossas escolhas em relação as fontes utilizadas para construção de uma narrativa contribui decisivamente para isso. Concluimos com nossa suscinta argumentação que a autobiografia de José Lins do Rêgo *Meus Verdes Anos* dadas as suas características e intenções primordiais não deveria ser priorizada no sentido do rol de fontes utilizadas por um historiador para produção de narrativas sobre o passado dos negros, sejam filmes, documentários, livros didáticos ou materiais de divulgação histórica em geral. Este é o cerne da questão apresentada neste artigo.

Considerações finais

Levando em consideração o que apresentamos, concluimos ser problemático utilizar José Lins do Rêgo para produzir narrativas sobre o passado dos negros, levando em consideração a crítica decolonial (poderíamos priorizar o uso de tal obra para discorrermos sobre variados assuntos: aristocracia rural, economia, religião). Não se trata de meramente pensar que determinados tipos de fontes podem ou não ser utilizadas, mas de delimitarmos limites ou princípios para pensarmos o uso de determinadas fontes para tratarmos determinados temas na produção do conhecimento histórico. Se nosso interesse é combater injustiças históricas institucionalizadas e presentes nas regras de construção do saber em nossas instituições e grupos de pesquisa. A crítica decolonial não se resume a dar voz ao subalterno, mas sobretudo romper com a estrutura criada pelo colonialismo. É preciso superar uma visão que questiona apenas o lugar ocupado pela negritude, ignorando o lugar que a branquitude continua a ocupar em nossos trabalhos.

O conhecimento histórico é produzido a partir de um lugar social e cria localizações de sujeito nas narrativas. Não há discurso sem localização. Neste sentido, entendemos que embora José Lins do Rêgo tenha escrito muita coisa sobre o outro, especialmente sobre o negro, suas memórias não deveriam ser vistas *apriori* como fonte útil para discorrer sobre o passado dos negros, pois dada a realidade apontada pelos autores ligados ao movimento decolonial, é preciso romper conscientemente e intencionalmente com os mecanismos instaurados pelo colonialismo. Se isso

significa uma perda do ponto de vista da aquisição do conhecimento histórico, não nos interessa discorrer sobre. A questão aqui não se trata de pensarmos em qual caminho ou concepção metodológica melhor nos ajuda em matéria de apreensão da realidade para nosso esforço de síntese do passado.

A proposição que fazemos segue no sentido de combatermos o racismo estrutural, os efeitos da colonialidade do saber, e de questionarmos o lugar da branquitude, elaborando regras na historiografia que possam minimamente garantir a proteção do lugar de fala dos grupos subalternos e marginalizados historicamente na academia e na própria estrutura do conhecimento histórico presente em nossos trabalhos. O caminho apresentado consiste em delimitar quem tem o direito de falar na historiografia a partir da adequação do uso das fontes a critérios baseados em demarcadores de raça, gênero dentre outras especificidades. Tal direção proposta tem várias nuances a serem discutidas. Esperamos que a problemática apresentada desperte o interesse dos pesquisadores interessados na relação entre a ética e a produção do conhecimento histórico, fomentando um debate propício ao amadurecimento desta discussão, trazendo nuances e problemáticas complementares ao esforço deste artigo.

Referências

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, 2013, p. 89-117.

CESAIRÉ, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Trad. de Claudio Willer. São Paulo: Editora Veneta, 2020.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

REGO, José Lins do, 1901-1957. **Meus Verdes Anos**. 1ª Ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento/ Justificando, 2017.

SANTOS, S. Boaventura. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

Recebido em: 13 de fevereiro de 2022.

Aprovado em: 03 de abril de 2022.